

## Universidade em Questão

Lauro Morhy

As universidades passaram por inúmeras transformações ao longo de sua história no último milênio. Na verdade, foram reinventadas inúmeras vezes, ora sofrendo mudanças drásticas, ora passando por lento processo evolutivo. Chegaram à complexidade de hoje, tendo a sociedade como a sua referência normativa e valorativa, ao mesmo tempo em que buscam diferenciar-se por lógica própria, ainda que venham sendo cada vez mais submetidas à dinâmica da interdependência global.

Pode-se dizer que as mudanças porque passaram as universidades nunca foram capazes de satisfazer às sociedades, quanto ao atendimento das exigências dos momentos históricos em que elas aconteceram. Em meados do século XIX, por exemplo, quando Newman propôs o seu modelo de universidade, a revolução democrática, a industrial e a científica já estavam acontecendo no mundo ocidental. Como disse Kerr (1964): "a ciência estava começando a tomar o lugar da filosofia moral, e a pesquisa, o lugar do ensino". Mais tarde, quando Flexner escrevia sobre a *Universidade Moderna*, essa já estava deixando de existir. Até a *multiversidade* de Kerr (1964), a instituição que verdadeiramente

---

Lauro Morhy é Reitor da Universidade de Brasília.

iniciou a grande derrubada dos muros da universidade, abrindo-a bem mais à sociedade, uma verdadeira indústria de novos conhecimentos e rica em oportunidades de interação com a sociedade, foi também batida pelos novos tempos e está em transformação.

Para Minogue (1977) "as universidades são centros vitais de civilização, usinas intelectuais, áreas de crítica social (...)" e "qualquer tentativa de caracterizar as universidades em termos de um critério único será inevitavelmente errônea". Para Lyothard, "a função primordial da universidade moderna foi a elaboração de metarrelatos legitimadores da relação entre a ciência, a nação e o Estado". "O desempenho desse papel tornava o saber cúmplice de um projeto que lhe era alheio: o fortalecimento do Estado-nação. A condição pós-moderna, ao transformar o saber na principal força de produção, exigiu novos critérios para avaliar os conhecimentos produzidos; e tais critérios nada têm que ver com metarrelatos legitimadores, mas com capacidade de circulação num mercado mundial de conhecimento". Para Readings, a universidade moderna "ocupou um lugar central na formação de sujeitos para o Estado-nação, bem como na produção da ideologia que manipulava a questão de seu pertencimento ao Estado-nação (cultura). Ora, uma vez que a noção de cultura não é mais o centro organizador da universidade, mesmo em virtude das modificações sofridas pelo Estado-nação, o modelo humboldiano precisa ser revisto (...). Tal revisão tem sido realizada sobretudo através da noção de *excelência*; na verdade, uma forma de otimizar a produção do saber a partir de uma equivalência acrítica entre universidade e mercado". (ROCHA, 1997). Essa discussão, acrescida de outros ingredientes histórico-filosóficos, está acontecendo nos meios acadêmicos (GEORGEN, 2000, IANNI, 1994, CRUB, 1988,

LYOTHARD, 1985, et al.), mas os fatos não esperam e atropelam os debates. Considera-se que os pensadores pós-modernistas estão longe de consenso.

O que deve ser e para onde vai a universidade é um assunto controvertido e até mesmo confuso, apesar das tendências traçadas em importantes reuniões promovidas pela UNESCO e em numerosos eventos locais, nacionais e internacionais sobre essas instituições, o seu papel e o seu futuro. Entretanto, pode-se constatar que os conceitos advindos da universidade antiga misturam-se com os que foram se impondo ao longo da história e com as urgências pragmáticas da atualidade.

A verdade é que a universidade sonhada nunca de fato aconteceu, até porque ela sempre foi uma idealidade, uma utopia pura, inatingível - mas sempre desejada. Talvez esteja aí uma explicação para a sua existência milenar, buscando sempre o novo saber e a reinvenção do futuro. (MORHY, 2003a).

Desde o século XVIII, os sistemas universitários tradicionais passaram a ser demandados por mais vagas (de modo crescente) até chegarmos à situação massificadora atual. Isso era previsível, mas as medidas preventivas não acompanharam os fenômenos que hoje afogam as universidades. Na verdade, a humanidade não foi capaz, até hoje, nem mesmo de atender às demandas em outros níveis mais introdutórios de educação, inclusive de alfabetização. Isso retrata as grandes diferenças existentes entre as nações, quanto ao grau de desenvolvimento e à distribuição de riqueza.

Comparando a universidade da década de 1950 com a de hoje, notaremos mudanças profundas. Essas mudanças prosseguem: a universidade muda a sociedades e a própria história, e essas exigem mudanças nas universidades! A velocidade dessas

mudanças, em bom nível de eficiência e eficácia, varia em cada nação, em cada cultura, e acaba também determinando os ritmos do progresso e do atraso ou do subdesenvolvimento. (MORHY, 2003b).

## Finalidades da Educação Superior

De acordo com a Lei n. 9.394/1996, a Educação Superior tem as seguintes finalidades:

- 1) Estimular a criação cultural e desenvolvimento do ensino científico e do pensamento reflexivo;
- 2) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- 3) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- 4) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- 5) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento e de cada geração;
- 6) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, prestar serviços espe-

cializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- 7) Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

Estas finalidades são bastante abrangentes, mas já são insatisfatórias.

### As Universidades e o Sistema Brasileiro de Educação Superior

A Educação brasileira, em suas bases legais, pressupõe o trabalho colaborativo integrado e harmonioso dos sistemas de ensino legalmente estabelecidos nos níveis federal, estadual e municipal mantidos pelo poder público e pela iniciativa privada. A Educação Superior é aberta a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido aprovados em processo seletivo. O acesso a esse nível de ensino tem sido bastante discutido em todos os países. É tema bastante controverso e sempre esbarra, em última instância, no limite de vagas em determinados cursos, sobretudo em universidades públicas. Mas, no Brasil, temos realizado importantes experiências, como é o caso do PAS (Programa de Avaliação Seriada da UnB), proposto em 1985 e iniciado na década de 1990, o qual envolve interação com o ensino médio. Essa e outras experiências similares em andamento no País vêm apresentando bons resultados.

O Decreto n. 2.306/1997, que regulamentou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definiu para o Sistema

Federal de Ensino Superior a seguinte organização acadêmica básica:

1. Universidades: Instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estabeleceu-se que as universidades mantidas pelo poder público gozariam de estatuto jurídico próprio.
2. Universidades Especializadas: organizadas por campo do saber. Com atividades de ensino, pesquisa e extensão.
3. Centros Universitários: Instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico.
4. Centros Universitários Especializados: com atuação em área de conhecimento específico ou de formação profissional.
5. Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica: Instituições especializadas para qualificar profissionais e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
6. Institutos Superiores de Educação: destinados à formação inicial, continuada e complementar de docentes da educação básica. (Não constam do Decreto n. 2.306/1997, mas constam dos artigos 62 e 63 da LDB e da Resolução do CNE/CP n. 1 de 30/9/1999).

A nosso ver, essa diversidade contribui muito para a própria dinâmica evolutiva da Educação Superior no Brasil.

As universidades gozam de autonomia legal para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, tudo sob as normas gerais da União.

Segundo o art. 52 da LDB, as universidades deverão ter 1/3 do corpo docente em regime de tempo integral. Pelo art. 57, os professores das instituições públicas devem dar um mínimo de 8 horas de aulas por semana. De acordo com Decreto n. 2.306/1997, os docentes do Sistema Federal de Ensino Superior devem prestar 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, sendo-lhes reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais, destinadas a estudos, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação. (CAVALCANTE, 2000, MORHY, 2002).

A primeira universidade que se criou no Brasil e que passou a funcionar como tal foi a do Rio de Janeiro, em 1920, em função da outorga do título de Doutor *Honoris Causa* ao Rei Alberto 1, da Bélgica, que veio nos visitar. (TODOROV, 1989). Entretanto, o ensino superior que já existia no Brasil desde 1808 não contava com mais de 24 instituições até 1900.

Em 1950, cerca de 10 universidades estavam em funcionamento no País. No ano de 2000, o INEP/MEC registrou a existência de: 156 universidades (num total de 1180 instituições de ensino superior, incluindo centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas, institutos e centros de educação tecnológica); 71 universidades públicas (federais, estaduais e municipais); 85 universidades privadas; 50 centros universitários, sendo 49 privados; 90 faculdades integradas (sendo 88 privadas); 865 faculdades, escolas e institutos isolados (sendo 782 privados) e 19 centros de educação tecnológica (todos públicos).

Em 2002, o INEP/MEC registrou, no censo do ensino superior: 162 universidades (num total de 1637 instituições de ensino superior); 78 universidades públicas; 84 universidades privadas; 77 centros universitários (sendo 74 privados); 105 faculdades integradas (sendo 102 privadas); 1240 faculdades,

escolas e institutos isolados (sendo 1160 privados); e 53 centros de educação tecnológica, (sendo 22 privados). A tabela 1, apresentada ao final deste artigo, contém informações gerais sobre a Educação Superior brasileira, em nível de graduação universitária.

A pós-graduação também vem se expandindo muito. Em 1998, formamos 3.949 doutores e 12.681 mestres em todo o Brasil; em 2000, formamos 5.335 doutores e 18.132 mestres e em 2002 formamos 6.843 doutores e 22.735 mestres. Algumas preocupações quanto à nossa pós-graduação incluem: disparidades regionais; tempo de titulação relativamente elevado; melhor compatibilização dos programas com as demandas da sociedade.

Exames pouco mais acurados podem mostrar facilmente que o quadro universitário brasileiro é ainda bastante insuficiente no geral, tanto em quantidade, quanto em qualidade. Entretanto, em sua heterogeneidade, até dentro de uma mesma instituição, existem setores muito avançados, comparáveis ao que há de melhor no mundo, e outros que são bastante atrasados. Ver outros subsídios sobre a educação superior em Bosi et al., 2000, Buarque, 1986, Meyer Jr.; Murphy, 2000, Morhy, 1997a, 1997b, 2002; Pimenta, 1984, Ribeiro, 1986, Rollin, 2002, SBPC, 1985, Sampaio, 2000, Silva Jr.; Sguissardi, 2001, Sobrinho; Ristoff, 2000, Trindade, 1999, Trindade; Blanquer, 2002.

## Autonomia Universitária

Apesar de a Constituição de 1988 ter estabelecido, em seu art. 207, que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão", a autonomia das universidades públicas

continua em declínio. Passados já quase 15 anos desde a promulgação da Carta Magna, pode-se dizer que a autonomia universitária ainda não foi regulamentada.

Oito anos após ser promulgada a Constituição, veio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.304/1996), seguindo-se outras leis e regulamentos para a Educação Superior, que só trouxeram mais restrições e controles sobre as universidades públicas. Mais recentemente, a Lei n. 10.480/2002 criou a Procuradoria-Geral Federal que, entre outras atribuições, passou a "distribuir os cargos e lotar os Membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais". Perderam, assim, as universidades as suas Procuradorias Jurídicas. Posteriormente, o Decreto n. 4.304/2002 estabeleceu que "as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República e as dos serviços sociais autônomos ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição".

A autonomia didático-científica estabelecida pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases conferiu razoável liberdade de trabalho acadêmico às universidades. Entretanto, essa liberdade está fortemente prejudicada pelas restrições constitucionais e legais existentes, no que diz respeito à administração das instituições universitárias e similares e quanto à gestão financeira e patrimonial dessas instituições. É possível que melhor interpretação dos dispositivos constitucionais possa permitir nova base legal para as universidades, conferindo-lhes a necessária autonomia de gestão.

As nossas universidades saberão encontrar o melhor caminho para sua transformação e a sociedade saberá reconhecer aquelas

que o encontrarem. Mecanismos avaliadores internos e externos às universidades podem e devem acompanhar todo esse processo, mas é preciso que o atual esforço de transformação porque passam as universidades seja respeitado e que as amarras oficiais que seguram e restringem essas instituições sejam rompidas.

## Questões para reflexão

A seguir estão relacionadas algumas questões que, acreditamos, poderão ser úteis neste momento de novas discussões sobre a universidade.

1. Quais são os principais problemas gerais do atual sistema de educação superior brasileiro?
2. Quais são os principais problemas do ensino superior no setor público? E no setor privado?
3. Seriam convenientes e mesmo viáveis replanejamento e reorganização geral de todo o sistema brasileiro de educação superior?
4. Apesar da crescente incerteza quanto a empregos, há também crescente massificação do ensino superior e ao mesmo tempo diminuição relativa de recursos financeiros, materiais e humanos. Como vencer tal paradoxo?  
(Um dos maiores problemas do mundo atual é gerar emprego em larga escala em uma economia que substitui assalariados por tecnologias. É possível mudar isso?)
5. Há a necessidade de internacionalização de um lado e de contextualização de outro. Como dominar os conhecimentos que chegam cada vez mais, atualizar técnicas e equipa-

mentos e alcançar padrões internacionais com tanta limitação de recursos?

6. O que se entende por autonomia universitária? Que autonomia foi concedida e o que falta? É possível autonomia universitária onde impera a "legiferância" e o "judicicismo"?
7. Educação à Distância - quais as suas potencialidades e limitações? Por que ainda é tão pouco usada para cursos regulares?
8. Como proteger a universidade de mercantilismos, assistencialismos, partidarismos, fanatismos e corporativismos?
9. Que mecanismos geradores de recursos são possíveis e toleráveis para instituições públicas e privadas? Os níveis de financiamento do Governo podem ser melhorados?
10. Como simplificar e otimizar a gestão das instituições universitárias e similares? A sua estrutura é desnecessariamente grande e complicada? Os processos eletivos dos principais dirigentes são convenientes?
11. Os currículos dos cursos estão sendo elaborados em sintonia com os respectivos setores da sociedade? Estarão realmente atualizados? Serão desnecessariamente longos? A criação de novas carreiras é conveniente?
12. Como melhorar a dedicação, a qualificação e a remuneração dos docentes e do pessoal técnico-administrativo? A carreira única e o Regime Jurídico Único e a isonomia salarial são compatíveis com universidades autônomas e com a realidade brasileira?
13. Como incentivar, implantar e fortalecer atividades científicas e de extensão em unidades com docentes dedicados exclusivamente ao ensino tradicional? A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão aumentou no País desde que foi incluída na Constituição? Como deve ser entendida?

14. Como avaliar a qualidade dos resultados institucionais? Quais os pressupostos básicos? Os indicadores e as avaliações atuais são satisfatórios?
15. Como deve a Universidade se relacionar com o setor produtivo? Qual sua função em termos de capacitação profissional e de inovação tecnológica? Como assegurar direitos autorais e de patentes às Universidades?
16. Como deve a universidade atuar frente às desigualdades e a exclusão social?

A seguir, apresentam-se outros temas a serem considerados:

- Inserção social. Universidade e bem-estar social. A cultura de auto-sustentação. A formação do cidadão global.
- Regime previdenciário. Situação dos inativos. Inativos e orçamento das universidades públicas.
- Perspectivas para a carreira docente no panorama nacional. Professor e servidores técnico-administrativos se distanciando das IES, em busca de complementos salariais.
- Evasão do alunado.
- Competição entre as IES por alunos e por recursos.
- Sistemas organizacionais das IES.
- Cotas raciais, de minorias e de excluídos.
- *Campi* grandiosos e de manutenção cara.
- Inserção social das IES. Empreendedorismo. Universidades Corporativas.
- Interiorização das IES.
- IES e poder público. Apoio estratégico. Escolas de Governo.

Para cumprirem o seu papel social colaborando para a redução das graves diferenças, que cada vez mais ameaçam a paz e a convivência entre os povos e a própria natureza, devem as universidades reformar-se, sem caírem no simples utilitarismo e resguardando a sua essência filosófica. (MORHY, 2003b).

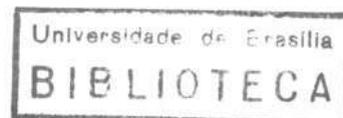


Tabela 1 - Educação Superior

**Graduação Presencial**  
**Estatísticas Básicas e Indicadores da Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil - 2002**

Estatísticas Básicas e Indicadores	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
<b>Estatísticas Básicas</b>						
Instituições	1.637	195	73	65	57	1.442
Cursos	14.399	5.252	2.316	2.556	380	9.147
Total dos Processos Seletivos						
Vagas Oferecidas	1.773.087	295.354	124.196	132.270	38.888	1.477.733
Candidatos Inscritos	4.984.409	2.627.200	1.233.606	1.315.720	77.874	2.357.209
Ingressos	1.205.140	280.491	122.491	125.499	32.501	924.649
Vestibular						
Vagas Oferecidas	1.590.699	263.572	106.320	119.422	37.830	1.327.127
Candidatos Inscritos	4.640.608	2.491.016	1.132.174	1.282.568	76.274	2.149.592
Ingressos	1.095.686	251.066	105.226	113.846	31.994	844.620
Outros Processos Seletivos <sup>(1)</sup>						
Vagas Oferecidas	182.388	31.782	17.876	12.848	1.058	150.606
Candidatos Inscritos	343.801	136.184	101.432	33.152	1.600	207.617
Ingressos	109.454	29.425	17.265	11.653	507	80.029
Outras Formas de Ingresso <sup>(2)</sup>	206.068	39.863	20.094	16.060	3.709	166.205
Matrículas	3.479.913	1.051.655	531.634	415.569	104.452	2.428.258
Concluintes	466.260	151.101	71.285	63.917	15.899	315.159
Docentes em Exercício e Afastados	242.475	92.215	51.020	35.354	5.841	150.260
Docentes em Exercício	227.844	84.006	45.907	32.481	5.618	143.838
Funcionários em Exercício e Afastados	225.071	108.087	61.341	43.028	3.718	116.984
Funcionários em Exercício	221.955	105.388	59.652	42.057	3.679	116.567

<b>Indicadores</b>						
Cursos/Instituição	8,8	26,9	31,7	39,3	6,7	6,3
Candidatos/Vaga (Total dos processos seletivos)	2,8	8,9	9,9	9,9	2,0	1,6
Candidatos/Vaga (Vestibular)	2,9	9,5	10,6	10,7	2,0	1,6
Candidatos/Vaga (Outros processos seletivos) <sup>(1)</sup>	1,9	4,3	5,7	2,6	1,5	1,4
Matrículas/Docente em Exercício	15,3	12,5	11,6	12,8	18,6	16,9
Matrículas (Percentual)						
Sexo Feminino (%)	56,5	55,2	51,6	59,3	57,6	57,1
Turno Noturno (%)	57,6	36,0	25,0	40,0	75,6	67,0
Docentes em Exercício e Afastados (Percentual)						
Tempo Integral (%)	39,0	75,9	84,1	73,7	18,1	16,3
Sexo Feminino (%)	42,7	41,9	40,4	44,2	41,5	43,2
Docentes em Exercício (Percentual)						
Mestres (%)	34,0	27,4	28,4	25,5	30,0	37,8
Doutores (%)	21,6	38,2	41,2	38,8	9,9	12,0

Fonte: MEC/INEP/DAES

<sup>(1)</sup> Outros Processos Seletivos: Avaliação Seriada no Ensino Médio, Vestibular + Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outros tipos de seleção.

<sup>(2)</sup> Outras Formas de Ingresso: Mudança de curso dentro da IES, Transferência ex-offício, Transferência vinda de outra IES excluída ex-offício, Acordos internacionais, Admissão de diplomados em curso superior, Reabertura de matrícula e outros tipos de ingresso.

## Referências Bibliográficas

- Bosi,A,Ramos,M.N.,SilvaA.C. e Gauger,J.D.(2000) *Universidade: Panorama e Perspectivas*, 104p. Cadernos Adenauer.Fundação Konrad Adenauer. São Paulo.SP.Brasil.
- Buarque,C.(1986) *Uma Idéia de Universidade*, 72p. ACS-Universidade de Brasília. Brasília.DF.Brasil.
- CavalcanteJ.F.(2000) *Educação Superior: Conceitos, definições e classificações*, 54 p. INEP/MEC Brasília. DF. Brasil.
- CRUB (1988) *Estudos e Debates*, 14. FNDE/MEC. Brasília. DF. Brasil.
- Goergen,P.(2000) A Avaliação Universitária na Perspectiva da Pós-Modernidade, p. 15-25, in J.D.Sobrinho e Ristoff,D.I. (orgs.) *Universidade Desconstruída*, 191 p. Editora Insular. Florianópolis. S.Catarina. Brasil
- Ianni,O. (1994) Globalização: Novos paradigmas das Ciências sociais. *Estudos Avançados* (8)21 p. 147-163. Instituto de Estudos Avançados. USP. São Paulo. SP. Brasil.
- Kerr,C. (1964) *The Uses of the University*. Cambridge, Mass: Harvard University Press. USA.
- LyothardJ.F. (1985) *A Condição Pós-Moderna*, Public.Gradiva,Lisboa. Portugal.
- Meyer Jr.,V. e Murphy,J.P. (orgs)(2000) *Dinossauros, Gazelas e Tigres*, 175p. Editora Insular. Florianópolis. SC.Brasil.
- Mínogue,K.(1977) *O Conceito de Universidade*, p.1 1. Editora Universidade de Brasília. Brasília.DF.Brasil
- Morhy,L.( 1997a) Do *Claustro à Universidade Moderna*. *Correio Brasiliense*, 10 de dezembro. Brasília.DF.Brasil.
- Morhy,L.(1997b)A Universidade no Brasil. *Correio Braziliense*, 29 de dezembro. Brasília.DF.Brasil
- Morhy,L.(2002) A Universidade Brasileira, 499-511, in Morhy,L.(Org.) *Brasil em Questão - A Universidade e a Eleição Presidencial*, 511 p.; UnB-Laboratório de Estudos do Futuro. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. DF. Brasil

- Morhy, L. (2003a) Universidade na Encruzilhada. *ComCiência* No.40; fev. Brasília. DF. Brasil
- Morhy,L. (2003b) Universidade em Transformação.*UnB-Notícias*, No.54; Agosto-Setembro. Brasília. DF. Brasil.
- Ribeiro,D.(1986) *Universidade para quel*, 30p. Editora Universidade de Brasília. Brasília.DF.Brasil
- RochaJ.C.C.(1997)Respostas à pergunta: que é universidade?, pp. 15-34, in Gerhard Casper and Wilhelm Von Humboldt, *Um Mundo sem Universidades?*, trad, e org. J.Kretschmer e J.C.C.Rocha; vol.2, Coleção Universidade. Editora da UERJ. Rio de Janeiro.Brasil.
- Rololin,K.(Compil.)(2002) *Los Temas Críticos de la Educación Superior em América Latina em los Anos Noventa* - Estudos comparativos, 378p. Fondo de Cultura Económica. México.
- Sampaio,H.( 1999) *Ensino Superior no Brasil - O Setor Privado*, 408p.Fapesp-HUCITEC. São Paulo.Brasil.
- Silva Jr.J.R. e Sguissardi,V.(2001) *Novas Faces da Educação Superior no Brasil*, 2ª.ed., 279+XX p.Cortez Editora. Bragança Paulista.SP.Brasil
- SobrinhoJ.D. e Ristoff,D.I.(Orgs.)(2000) *Universidade Desconstruída*, 191. Editora Insular. Florianópolis. Sta.Catarina.Brasil.
- SBPC(1985) Universidade Brasileira: Organização e Problemas. *Ciência e Cultura* Vol.37(7)271p. São Paulo. Brasil
- Todorov,J.C.(1989) *A Universidade Brasileira: crise e perspectivas*, 51p. Editora da Universidade de Brasília.Brasília-DF.Brasil
- Trindade,H.(org.)(1999) *Universidade em Ruínas - na república dos professores*, 221p. Editora Vozes-CIPEDES.Petrópolis-RJ.Brasil.
- Trindade,H. e BlanquerJ.M.(Orgs.)(2002) *Os Desafios da Educação na América Latina*, 356p. Editora Vozes.Petrópolis.RJ.Brasil